

UMA ANÁLISE DOCUMENTAL DE PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL EM CAMPO LARGO (PR): INSTRUMENTOS DE ALCANCE AO ODS 4 - EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

A DOCUMENTARY ANALYSIS OF POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECTS IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN CAMPO LARGO (PR): TOOLS FOR ACHIEVING SDG 4 - QUALITY EDUCATION

UN ANÁLISIS DOCUMENTAL DE PROYECTOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE LA EDUCACIÓN INFANTIL EN CAMPO LARGO (PR): INSTRUMENTOS PARA ALCANZAR EL ODS 4: EDUCACIÓN DE CALIDAD

Valdinei de Jesus Ferreira da Luz Junior¹
Isonel Sandino Meneguzzo²

Resumo

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os Projetos Político-Pedagógicos das instituições de educação infantil públicas do município de Campo Largo (PR), com ênfase nos princípios prescritos pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente o ODS 4 - Educação de Qualidade. O estudo se posiciona com metodologia de coleta de dados que articulou procedimentos qualitativos e quantitativos, com caráter exploratório por meio da análise documental, articulando PPPs, BNCC, LDB, e o Referencial Curricular do município, frente às dimensões conceituais de Ignacy Sachs e Liziane Cantini. A análise revelou que o principal documento norteador das instituições de ensino enfatiza de forma consolidada, a valorização do meio ambiente e da natureza, no entanto, aspectos mais centrais da sustentabilidade, favorecidas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, requerem ser integradas e sistematizadas nos processos de planejamento institucional e pedagógico, com resultado a fortalecer a responsabilidade socioambiental desde a educação infantil.

Palavras-chave: ODS 4; sustentabilidade; Projeto Político-Pedagógico.

Abstract

This research analyzed the Political-Pedagogical Projects of early childhood education institutions in the municipality of Campo Largo (PR), with an emphasis on the principles prescribed by the Sustainable Development Goals (UN), especially SDG 4 - Quality Education. The methodology was exploratory, with a qualitative and quantitative documentary analysis of sources such as PPPs, BNCC, LDB, and the municipality's curriculum framework, based on the conceptual dimensions of Ignacy Sachs and Liziane Cantini. The analysis revealed that the documents emphasize the value of the environment in a consolidated manner, but the central aspects of sustainability, present in the SDGs, need to be integrated more systematically into institutional and pedagogical planning, with the result of strengthening socio-environmental responsibility from early childhood education onwards.

Keywords: SDG 4; sustainability; Political-Pedagogical Project.

¹ Professor Coordenador de Geografia no Departamento de Ensino da rede pública de Campo Largo (PR). Licenciado/Bacharel em Geografia, Licenciado em Pedagogia. Mestrando regular do Programa de Pós-Graduação em Educação: Teoria e Prática de Ensino, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), na área de concentração de Educação Geográfica. Aluno especial no Mestrado em Gestão do Território pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) - Email: valdineijunior18@gmail.com.

² Professor Associado do Departamento de Geociências e docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Email: meneguzzo@uepg.br.

Resumen

El objetivo de la presente investigación fue analizar los proyectos político-pedagógicos de las instituciones de educación infantil públicas del municipio de Campo Largo (PR), con énfasis en los principios establecidos por los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ONU), especialmente el ODS 4: Educación de calidad. El estudio se basa en una metodología de recopilación de datos que articula procedimientos cualitativos y cuantitativos, con carácter exploratorio mediante el análisis documental, articulando los PPP, el BNCC, la LDB y el Referencial Curricular del municipio, frente a las dimensiones conceptuales de Ignacy Sachs y Liziane Cantini. El análisis reveló que el principal documento rector de las instituciones educativas enfatiza de manera consolidada la valorización del medio ambiente y la naturaleza; sin embargo, los aspectos más centrales de la sostenibilidad, favorecidos en los Objetivos de Desarrollo Sostenible, deben integrarse y sistematizarse en los procesos de planificación institucional y pedagógica, con el resultado de fortalecer la responsabilidad socioambiental desde la educación infantil.

Palabras clave: ODS 4; sostenibilidad; Proyecto político-pedagógico.

1 Introdução

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, é reconhecida fundamentalmente para o desenvolvimento integral das crianças, em suas esferas psicomotora, cognitiva e social. Seguindo parâmetros legais e normativos dispostos na Constituição Federal do Brasil de 1988, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 9.394/96 (Brasil, 1996) e na mais recente, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), busca-se garantir o acesso, a permanência e uma educação de qualidade e gratuita.

Perante os compromissos assumidos pelo Estado brasileiro no âmbito internacional, frente a Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o ODS 4 se destaca por almejar justamente essa Educação de Qualidade. Nesse contexto, o Projeto Político-pedagógico (PPP) é o principal instrumento da gestão, que contempla a identidade organizacional, objetivos, princípios, concepções de sujeito, educação, inclusão e sociedade e metodologias de ensino. Nesse escopo, o PPP se configura como elemento central para a efetivação de políticas públicas e ações educacionais, por parte das instituições e das comunidades envolvidas.

A presente pesquisa, reúne aspectos qualitativos e quantitativos em sua análise, apresentando-se com caráter exploratório, sendo elaborada a partir da consulta a Projetos Político-Pedagógicos de unidades escolares públicas que atendam a Educação Infantil, com recorte espacial no município de Campo Largo (PR).

No cabedal teórico, incluiu-se às discussões de documentos norteadores da educação pública nacional e municipal, além de abordagens expostas por autores contemporâneos como Ignacy Sachs (2007, 2008) e Liziane Ines Cantini (2021).

Por fim, a presente investigação visa contribuir para o campo acadêmico, servindo como instrumento que possibilite oferecer subsídios para reflexões no campo teórico e recorte espacial realizado, especialmente no que se refere às ações pedagógicas locais. Ao analisar os

Projetos Político-Pedagógicos de instituições de educação infantil em Campo Largo (PR) à luz do ODS 4 - Educação de Qualidade, pretende-se fomentar o compromisso com a sustentabilidade e o papel estratégico das unidades escolares.

A partir desse pressuposto, a pesquisa orienta-se pela seguinte questão: como os Projetos Político-Pedagógicos de instituições de educação infantil públicas de Campo Largo (PR), incorporam elementos relacionados à dimensão socioambiental, em consonância com as metas do ODS 4 - Educação de qualidade?

2 Metodologia

O presente estudo trata-se de uma análise exploratória e se apresenta com abordagem mista, em que combina de forma complementar dados qualitativos e quantitativos. Utilizando-se para levantamento de dados e informações, a metodologia de pesquisa documental, por consultar os PPPs de sete unidades escolares públicas do município de Campo Largo (PR), que atendem ao nível de educação infantil, com público de 0 a 4 anos.

A pesquisa exploratória, conforme Gil (2002, p. 41) “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. Já quanto a análise documental, o autor especifica:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica [...] algumas pesquisas elaboradas com base em documentos são importantes não porque respondem definitivamente a um problema, mas porque proporcionam melhor visão desse problema ou, então, hipóteses que conduzem a sua verificação por outros meios (Gil, 2002, p. 46-47).

A consulta aos PPPs ocorreram por meio de formulário *on-line* através do *Google Forms*, com nota explicativa e convite às instituições de ensino para participação, ressaltando a importância de analisar de que forma os princípios da Agenda 2030 têm sido incorporados nos documentos orientadores dos Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs); em especial os princípios fundamentados na sustentabilidade e na esfera socioambiental, em sua proposta formativa; a fim de contribuir para o fortalecimento de práticas pedagógicas alinhadas às perspectivas do desenvolvimento sustentável.

Às instituições, foi garantido o sigilo institucional e a confidencialidade dos dados, conforme trata a Lei Geral de Proteção de Dados - LEI Nº. 13.709 (Brasil, 2018), não sendo necessária a submissão/aprovação junto ao Comitê de Ética em Pesquisa, conforme Resolução

CNS nº 510/2016, pois a pesquisa não envolveu coleta de dados com seres humanos, direta ou indiretamente, nem se utilizou de informações sensíveis ou identificáveis.

Arelado ao principal documento de regime institucional, a Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) e o Referencial Curricular - Educação Infantil (Campo Largo, 2024), foram utilizadas para fins de embasamento teórico, reconhecendo-as como norteadores das práticas pedagógicas nas instituições.

Em referência a metodologia mista em que combinou aspectos qualitativos e quantitativos, iniciou-se pela caracterização do Projeto Político-Pedagógico enquanto potente instrumento de orientação, planejamento e avaliação das práticas educacionais sob o contexto institucional, atrelado a especificação geográfica do município de Campo Largo (PR), seguido dos contextos da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e por fim, a análise crítica dos resultados da consulta aos PPPs à luz de conceitos gerais como o de “ecodesenvolvimento” trazido por Sachs (2007).

3 Projeto Político-Pedagógico (PPP): instrumentos plano-ação no lócus campo-larguense

Localizado na região metropolitana de Curitiba (PR), o município de Campo Largo é reconhecido nacionalmente como a capital da louça, em virtude de sua identidade econômica atrelada à presença da indústria cerâmica.

Com uma população com pouco mais de 136 mil habitantes (IBGE, 2023), o município possui grande parte de sua extensão territorial com preservação de características rurais; e processo de urbanização atrelado à proximidade de Curitiba (PR), com perímetro urbano conglomerado às margens da rodovia BR- 277 (sentidos Leste e Oeste).

Esse cenário reflete os desafios e as potencialidades locais que o sistema de ensino detém em responder às necessidades socioespaciais da comunidade. Neste contexto, a ação docente, orientada pelo PPP é compreendida por um cenário amplo em esfera social, econômica, política e cultural.

Se a educação é mediação, isto significa que ela não se justifica por si mesma, mas tem sua razão de ser nos efeitos que se prolongam para além dela e que persistem mesmo após a cessação da ação pedagógica [...] dado o caráter da educação como mediação no seio da **prática social global**, a relação pedagógica tem na prática social o seu ponto de partida e seu ponto de chegada (Saviani, 2012, p. 61, grifo nosso).

Os PPPs, portanto, constituem-se como instrumentos teóricos essenciais para o mapeamento crítico do cenário pedagógico local, servindo como instrumento norteador para o

processo de mediação entre os conhecimentos cientificamente sistematizados e a prática social cotidiana dos sujeitos.

a denominação de Projeto Político Pedagógico traz na sua expressão significados que qualificam a sua existência e efetividade. Projeto porque traz o pensar, as ideias, os anseios da coletividade, para então iniciar a transformação social a partir do conhecimento. Político, pois tem todo um histórico, crenças, cultura, visão local e de mundo, referencial teórico ligado à educação e à democracia, intenções e objetos a serem transformados. Por fim, Pedagógico porque, essencialmente, é um processo educacional e coletivo, visando à construção do conhecimento e a transformação social (Cantini, 2021, p. 71).

Neste escopo, salienta-se o PPP como instrumento potente na gestão escolar, estruturando-se no fomento de ações efetivas da participação docente e da comunidade enquanto agentes protagonistas na promoção das mudanças almejadas dentro da Agenda 2030, da ONU (Cantini, 2023).

Neste cenário, Cantini (2023, p. 72) também discorre que o PPP:

Deve ser resultado de uma construção participativa que amplie o senso de pertencimento a todos os envolvidos da comunidade escolar, a fim de garantir que a realidade local esteja presente, a partir da busca de novas práticas, atitudes e novas formas de fazer o cotidiano escolar. A importância da construção do PPP está na possibilidade de trazer a realidade social, cultural, ambiental e econômica da comunidade local para dentro da escola e assim, traçar as metas, adequar as ferramentas que tanto o gestor escolar na posição de líder como professores enquanto executores, possam utilizar.

Portanto, o PPP se caracteriza de fundamental importância no diálogo entre a realidade local e as metas globais de desenvolvimento, possibilitando, de maneira fidedigna, orientar-se às demandas socioambientais sob uma perspectiva de ação global.

4 A agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na educação

A primeira Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente, realizada em Estocolmo em 1972, se apresentou sobre o cenário global de impasses quanto a articulação entre a qualidade de vida e o crescimento econômico, que seguia fortemente atrelado a padrões de produção e consumo com implicações no uso desenfreado de recursos naturais e, consequentemente severos efeitos na deterioração ambiental (Romeiro, 2012).

A perspectiva de Desenvolvimento recebeu um novo construto sob as contribuições de Ignacy Sachs, economista polonês que difundiu o conceito de Ecodesenvolvimento na década de 1970, com uma concepção ancorada em um desenvolvimento sustentável, equilibrado e justo.

Sachs desenvolveu a hipótese de que existem cinco dimensões do desenvolvimento sustentável: a social, econômica, ecológica, territorial e cultural:

A dimensão **Social** se refere à valorização da redução das diferenças sociais, a busca do desenvolvimento em sua multidimensionalidade; a **Econômica** envolve a manutenção da capacidade produtiva dos ecossistemas, está baseada na captação e gestão eficientes dos recursos, com investimentos público e privado; a **Ecológica** compreende a preservação dos recursos naturais enquanto base da biodiversidade; a **Territorial** se refere a distribuição espacial dos recursos das populações e das atividades, uma configuração urbana e rural equilibrada; por conseguinte, a **Cultural** está voltada ao respeito pelas especificidades culturais, identidades e tradições das comunidades locais (Oliveira; Monteiro, 2015, p. 30, grifo nosso).

A partir desse cenário histórico de discussões, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi instituído a partir do Relatório Brundtland, em 1987, que apresentou a necessidade de integrar o desenvolvimento econômico ao uso sustentável dos recursos naturais.

Embora com progresso global em algumas áreas, avanços considerados essenciais, permaneceram inalcançados, atrelados a novos desafios e demandas da conjuntura. Nesse viés, nasce em 2015 a Agenda 2030, um Plano de Ação Global adotado pelos 193 países membros da ONU.

A Agenda 2030 apoia-se em 5 elementos considerados fundamentais: erradicar a fome, proteger o planeta por meio de consumo e produção sustentável, progresso consciente e responsável, fomento a solidariedade por meio de cooperação entre ações, e apoio global ao desenvolvimento de uma sociedade justa e inclusiva (ONU, 2015).

Sob essa perspectiva, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estruturam de maneira prática, por meio de metas e indicadores, as ações globais firmadas pelos países-membros da ONU.

O ODS 4 se destaca pela “garantia de educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos” (ONU, 2015). Dentro desse cenário, a educação se configura como elemento estratégico na superação das desigualdades, uma vez que assegura que todas as pessoas tenham acesso a uma educação de qualidade em todos os níveis de ensino, sem discriminação de território, condição socioeconômica, ou qualquer forma de exclusão.

Para Cantini (2021), a materialização dos ODS de forma estratégica nos PPPs viabiliza-se através de discussões do cotidiano, reconhecendo o universo de necessidades locais e regionais emergentes, em consonância com a Agenda 2030. Dessa forma, incentiva-se à aceleração da implementação dos ODS na sociedade através das instituições de ensino.

O Plano Nacional de Educação (2014/2024), ainda vigente³, à luz das discussões de Cantini (2021), é considerado o principal dispositivo para efetivação do ODS 4, pois prevê metas convergentes com as metas de educação de qualidade e apresenta vinculação de custeio para as ações, viabilizando, portanto, ações concretas dirigidas pelas unidades de ensino nas comunidades locais.

Nesse contexto, alinhar o Objetivo de Desenvolvimento 4 – Educação de Qualidade - sob uma perspectiva local, através das ações das instituições de ensino, permitem a territorialização das metas de forma clara e concreta.

5 Projetos Político-Pedagógicos em foco: resultados e discussões

A análise dos PPPs das instituições envolvidas evidenciou aspectos pertinentes sobre a incorporação de temáticas de âmbito ambiental nas propostas organizacionais. O município de Campo Largo (PR) conta na conjuntura com 22 unidades de ensino exclusivas à primeira etapa da educação básica.

Os PPPs foram concedidos através de formulário *Google Forms*, mediante aceite institucional de participação e envio do documento.

Figura 1: Instituições envolvidas na pesquisa



Fonte: os autores (2025)

A investigação apresentou como ênfase a frequência e a forma de ocorrências de termos pertinentes ao desenvolvimento sustentável como: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (“ODS”), “meio ambiente”, “sustentabilidade” e “socioambiental”.

³ O Plano Nacional de Educação (PNE) vigente (2014/2024) venceu em junho de 2024, mas sua vigência foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 por meio da Lei 14.934/24.

Tabela 1: frequência de termos aplicados ao desenvolvimento sustentável em PPPs

Frequência de termos	“ODS”	“meio ambiente”	“sustentabilidade”	“natureza”	“socioambiental”
CMEI					
A	0	19	1	62	2
B	0	20	0	63	0
C	0	16	1	50	0
D	0	16	1	54	0
E	0	18	2	71	0
F	0	16	1	53	0
G	0	20	2	66	1

Fonte: os autores (2025)

Após o exposto quantitativo, podemos observar a maior frequência de alguns termos em detrimento de outros.

Embora o emergente destaque dos ODS na esfera educacional, em especial a n. 4 - Educação de Qualidade, não foram identificadas menções aos objetivos propostos pela ONU (2015) de modo intencional. O evidenciado, pode refletir os contextos de focos e demandas diversas nas unidades escolares, surgindo como uma oportunidade de aproximação desses cenários aos compromissos globais com a sustentabilidade.

A Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017), trata os ODS especialmente quanto à formação integral da criança enquanto sujeito.

A Base Nacional Comum Curricular reafirma o papel da Educação Infantil na promoção da **formação integral das crianças**, em seus aspectos físico, afetivo, cognitivo, linguístico, social e cultural, e no **compromisso com uma educação que promova a cidadania, a equidade e a sustentabilidade** (Brasil, 2017, p. 36 - grifo original).

No cotidiano escolar da educação infantil, o processo educacional é direcionado por meio dos “campos de experiência”. Através de objetivos de ensino-aprendizagem termos

centrais como “natureza”, são evidenciados. Esses objetivos são guias às práticas pedagógicas, de maneira a viabilizar o desenvolvimento de habilidades, atitudes e ações. Por exemplo, no campo “Espaços, tempos, quantidades, relações e transformações”, os objetivos contemplam a observação natural de ciclos como dia/noite, ensolarado/chuvoso, percepção de relações entre seres vivos e seus respectivos habitats.

Quadro 1: fragmento da Base Nacional Comum Curricular - Infantil 3

Saberes e conhecimentos	Objetivo geral	Objetivos específicos
●Relação espaço-temporal. ●Elementos da natureza. ●Preservação do meio ambiente. ●Fenômenos físicos: movimento, inércia, flutuação, equilíbrio, força, magnetismo, atrito. ●Sistema Solar. ●Dia e noite. ●Luz e sombra. ●Diferentes fontes de pesquisa. ●Registros gráficos, orais, plásticos, dramáticos que retratam os conhecimentos. ●Instrumentos para observação e experimentação. ●Fenômenos naturais: luz solar, vento, chuva.	(EI02ET02) Observar, relatar e descrever incidentes do cotidiano e fenômenos naturais (luz solar, vento, chuva etc.).	●Fazer observações e descobrir diferentes elementos e fenômenos da natureza, como: luz solar, chuva, vento, dunas, lagoas, entre outros. ●Ter contato com fenômenos naturais por meio de diferentes recursos e experiências. ●Conhecer fenômenos da natureza. ●Experimentar sensações físicas táteis sobre os fenômenos da natureza. ●Realizar investigações de como os fenômenos naturais ocorrem e quais suas consequências. ●Falar sobre o que está vendo e o que está acontecendo, descrevendo mudanças em objetos, seres vivos e eventos naturais no ambiente. ●Conhecer fenômenos naturais típicos de sua região e de todo planeta. ●Observar o céu em diferentes momentos do dia. ●Perceber os elementos e características do dia e da noite. ●Observar experimentos e relatar sobre: o vento, a chuva, a luz do sol e outros. ●Experienciar simulações do dia e da noite com presença e ausência de luz e sol/lua. ●Participar da construção de maquetes de sistema solar utilizando materiais diversos. ●Pesquisar sobre diversos fenômenos naturais e físicos. ●Explorar o efeito da luz por meio da sua presença ou ausência (luz e sombra). ●Explorar os quatro elementos: terra, fogo, ar e água, de várias formas. ●Expressar suas observações pela oralidade e outros registros. ●Fazer registros por meio de desenhos, fotos e relatos. ●Participar de momentos dentro e fora da sala, em que sinta a presença do vento

Fonte: Referencial Curricular de Campo Largo (PR) - Educação Infantil (2024, p. 65, grifo nosso)

Os objetivos apresentados pela BNCC (Brasil, 2017), como exposto acima, se aproximam com a análise crítica de Sachs (2008), em que o autor expressa a essência de sua perspectiva quanto ao conceito de **sustentabilidade**, que supera a preservação ambiental vista de forma isolada, mas contempla aspectos sociais, econômicos e culturais. Dentro dessa perspectiva, o autor trata o conceito de **ecodesenvolvimento**:

Promover o ecodesenvolvimento é, no essencial, ajudar as populações envolvidas a se organizar, a se educar, para que elas repensem seus problemas, identifiquem suas necessidades e os recursos potenciais para receber e realizar um futuro digno de ser vivido, conforme os postulados de justiça social e prudência ecológica (Sachs, 2007, p. 58).

Para o autor, a sustentabilidade deve ser configurada a partir desse modelo de ecodesenvolvimento, no qual o uso dos recursos naturais seja consciente e atrelado às necessidades e interesses locais e regionais de desenvolvimento, através de princípios de limites ecológicos e de promoção de justiça social.

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. Daí a **necessidade de se adotar padrões negociados e contratuais de gestão da biodiversidade** (Sachs, 2008, p. 51, grifo nosso).

Ao destacar a necessidade de acordos formais para gestão da biodiversidade, por exemplo, Sachs (2008) enfatiza a perspectiva de um desenvolvimento sustentável que se permeia na participação ativa e com envolvimento das comunidades, que se incluem nos compromissos institucionais da esfera pública e privada, com modo a uma gestão compartilhada com articulação entre as políticas públicas e a mobilização da sociedade civil através do planejamento participativo.

A partir destes parâmetros observa-se que nas vivências de aprendizagem na educação infantil, conceitos mais gerais como relação espaço-tempo, elementos da natureza e fenômenos físicos, trazidos pela BNCC (Brasil, 2017), viabilizam a interação e potencializam a construção de saberes dos sujeitos junto ao espaço geográfico como locus de aprendizagem. Nesse sentido, ancorado no conceito de ecodesenvolvimento com uso consciente de recursos e com justiça social, preza-se por esse vínculo desde a primeira infância. Essas vivências, a longo prazo podem estimular valores com repercussão em atitudes sustentáveis. Com isso, a necessidade de repensar também os espaços de aprendizagem e a forma de envolvimento da comunidade local.

Nesse escopo, ao observar a presença do termo “sustentabilidade” nos PPPs analisados - especialmente mencionado com restrita recorrência - percebe-se o caráter, até o momento,

introdutório e de maturação conceitual, surgindo como oportunidade de consolidação do princípio orientador de forma integrada e consolidada às práticas pedagógicas e institucionais, visando a consonância com que aponta a BNCC: “A criança deve ser incentivada a valorizar e **preservar** o patrimônio cultural, natural e social, compreendendo a importância do cuidado com o meio ambiente para a qualidade de vida” (Brasil, 2017, p. 19, grifo nosso).

Apesar de citar em forma de “preservar”, aspectos que tangem a natureza no ponto supracitado e em demais, a abordagem trazida pela Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2017) é de conservar os aspectos naturais, reconhecendo a necessidade de constante interação entre os sujeitos e meio ambiente, assim ambos indissociáveis. Dessa forma, a BNCC aponta para o equilíbrio ambiental aliado às dimensões socioculturais, princípios do desenvolvimento sustentável.

Conforme a BNCC, “a educação ambiental deve ser desenvolvida de forma transversal, articulando as dimensões socioambientais e valorizando as diversidades culturais, para formar cidadãos críticos e responsáveis” (Brasil, 2017, p. 18). Essa perspectiva se relaciona com a abordagem de Sachs, que é pensada em envolver a inclusão social a partir dos pressupostos locais. Para o autor (2008), o ecodesenvolvimento parte do princípio de que o desenvolvimento deve ser ambientalmente sustentável, economicamente eficiente, socialmente justo e culturalmente aceito.

No contexto das presentes discussões, Sachs (2008) ressalta ainda a perspectiva ampliada do viés econômico, que para além dos nuances do sistema capitalista, leve em consideração uma esfera qualitativa de fatores, protagonizando a necessidade de modelos de gestão e articulações múltiplas de interesses e saberes, mas com universalização da promoção da justiça social e o equilíbrio ambiental.

Para concluir, faz-se necessário algumas palavras sobre a ciência sombria. Mais do que nunca, precisamos retornar à economia política, que é diferente da economia, e a um planejamento flexível negociado e contratual, simultaneamente aberto para as preocupações ambientais e sociais (Sachs, 2008, p. 60).

Nessa perspectiva, a construção de uma cultura de cuidado para com o meio ambiente deve ser fortemente associada a políticas públicas e dispositivos que viabilizem em diferentes escalas a promoção de uma relação harmoniosa, equilibrada e ética para o meio ambiente; como resultado, uma educação de qualidade, que preconize desde a primeira infância a responsabilidade coletiva, integrada com a promoção da ação política de exercício da cidadania.

6 Considerações finais

Diante do exposto, conclui-se que o ODS 4 - Educação de Qualidade, encontra o PPP como dispositivo legítimo de articulação entre a política pública global e as práticas locais em unidades escolares, na medida em que o PPP possui ferramentas capazes de operacionalizar as dinâmicas nas instituições de ensino e envolvimento junto à comunidade, em sua participação e envolvimento.

Para além, o papel do professor expande a necessidade de reflexão e de mediação de saberes articulados aos princípios sustentáveis, mas para constituir-se como ação política, de articulação e ação objetiva enquanto instrumentos no processo de ensino.

Os PPPs analisados evidenciaram de forma expressiva e consolidada questões relacionadas à natureza e ao meio ambiente, em consonância aos princípios da BNCC (Brasil, 2017), todavia, indica-se a necessidade de integrar, de forma intencional, as diferentes facetas da sustentabilidade, de forma integradas sob diferentes perspectivas: econômica, a espacial, a social, a cultural e a política, de maneira a assumir, por vias de fato, o compromisso social e global com o ODS 4 - Educação de Qualidade, com potente impacto na comunidade.

No âmbito da sustentabilidade, as instituições escolares necessitam privilegiar o contato com a natureza, buscando a construção de uma consciência com o uso racional e a gestão apropriada de recursos, além da reflexão sobre os impactos da ação pedagógica. Ao constituir-se como espaço de diálogo junto à comunidade, as unidades escolares atuam na consolidação de uma sociedade mais igualitária e justa. Já em dimensão econômica, o fomento à economia circular, solidária e cooperativa, assim como em esfera cultural, uma vez que se representa como espaço de construção e manifestação cultural através de ações de valorização da diversidade.

Por fim, compreende-se a necessidade emergente da atuação da escola enquanto espaço de formação para a cidadania, para além de um conteúdo, mas como princípio norteador em uma postura politicamente posta, educacionalmente transversal e socialmente comprometida, valorizando seu espaço de pertencimento.

Ações articuladas dentro de um Projeto Político-Pedagógico, podem ser a base mobilizadora para desencadear contextos em diferentes escalas, em consonância com o desenvolvimento sustentável.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44–46, 24 maio 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 248, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 6 fev. 2026.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**. Brasília, DF: Presidência da República, [2018]. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 15 ago. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília, DF: MEC, 2017.

CAMPO LARGO (PR). Secretaria Municipal de Educação. **Referencial Curricular para a Educação Infantil**. Campo Largo: SME, 2024.

CANTINI, L. I. **O alcance dos ODS por meio do Projeto Político-Pedagógico das escolas municipais em Dianópolis-TO**. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2021. Disponível em: https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/2904?locale=pt_BR. Acesso em: 21 maio 2025

CANTINI, L. I. O projeto político-pedagógico (PPP) como instrumento de implementação da Agenda 2030 nas escolas: um enfoque nas ODSs 04 e 11. **Revista FT**, [s. l.], v. 27, n. 118, jan. 2023. Disponível em: <https://revistaft.com.br/o-projeto-politico-pedagogico-ppp-como-instrumento-de-implementacao-da-agenda-2030-nas-escolas-um-enfoque-nas-odss-04-e-11/>. Acesso em: 20 maio 2025.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**: resultados para os municípios. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/campo-largo/panorama>. Acesso em: 24 maio 2025.

OLIVEIRA, D. F; MONTEIRO, L. V. G. Ecodesenvolvimento: uma abordagem sob o contributo de Ignacy Sachs. **Revista de Direito, Economia e Desenvolvimento Sustentável**, Minas Gerais, v. 1, n. 2, 2015, p. 29–48. DOI: <https://doi.org/10.26668/IndexLawJournals/2526-0057/2015.v1i1.939>. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistaddsus/article/view/939>. Acesso em: 15 ago. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. [S. l.]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 23 maio 2025.

ROMEIRO, A. R. Desenvolvimento sustentável: uma perspectiva econômico-ecológica. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 26, n. 74, 2012, p. 65–92. DOI:

<https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ea/a/F9XDcdCSWRS9Xr7SpknNJPv/?lang=pt>. Acesso em: 15 ago.
2025.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro:
Garamond, 2008.

SACHS, I.; VIEIRA, Paulo Freire (org.). **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do
desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: edição comemorativa. 42. ed. Campinas: Autores
Associados, 2012.

Data de submissão: 15/10/2025

Data de aceite: 14/11/2025